

Recuperação econômica e emprego formal: avaliação para o Nordeste brasileiro entre 2000 e 2008

Economic recovery and formal employment: Evaluation for Brazilian Northeast between 2000 and 2008

Luís Abel da Silva Filho¹

Silvana Nunes de Queiroz²

Resumo. Desde as últimas duas décadas do século XX, a economia brasileira passa por profundas transformações estruturais e conjunturais que comprometeram a sua capacidade de gerar empregos formais. Com a retomada do crescimento econômico, a partir de 2003, o mercado de trabalho brasileiro deu sinais de recuperação. Este artigo investiga em que medida a região Nordeste foi beneficiada com a geração recente de empregos formais, além de averiguar o perfil desses postos de trabalho. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) apontam expressivo aumento no número de ocupações formais no país (9.732.062) entre 2000 e 2008, com 13,20% dessas novas vagas localizadas no Nordeste (1.842.162). Tal região, em 2008, concentrou 40,33% de suas ocupações no setor de serviços, em estabelecimentos de micro porte (87,51%), sendo essas vagas ocupadas predominantemente por mão de obra masculina (66,78%), que possui entre 18 e 24 anos (81,31%) e com o ensino médio completo (71,03%), recebendo, em sua maioria (70,91%), no máximo até 1 salário mínimo. Evidencia-se que a região Nordeste aumentou o estoque de empregos ao longo dos anos 2000, porém, essas ocupações são seletivas por sexo, idade e escolaridade, além de precárias, uma vez que se observa alta rotatividade e baixos salários, apesar da melhora no nível educacional de sua mão de obra.

Palavras-chave: emprego formal, saldo de vagas, Nordeste.

Abstract. Since the last two decades of the twentieth century, Brazilian economy undergoes profound structural and juncture changes which compromised its capacity for generating formal job posts. With the resumption of the economic growth since 2003, Brazilian job market has shown signs of recovery. This paper investigates how the Northeast Region was benefited with the recent generation of formal job posts, and determines the profile of such posts. Data from the General Registration of Employees and Unemployed (CAGED) from the Ministry of Labor and Employment (MTE) show significant increase in the number of formal occupations in the country (9,732,062) between 2000 and 2008, with 13.20% of these new posts located in the Northeast (1,842,162). This region, in 2008, concentrated 40.33% of its posts in the service sector, in micro-sized companies (87.51%) composed mainly of male workforce (66.78%), aged between 18 and 24 years old (81.31%), with completed high school (71.03%), earning in its majority (70.91%) at most up to 1 minimum wage. It is shown that the Northeast region increased the job posts stock throughout the 2000s, however this occupation was selective by sex, age and schooling level, in addition to precarious, since it is observed high turnover rate and low salaries, despite improvements in the educational level of its workforce.

Key words: formal employment, job posts number, Northeast

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN, bolsista CAPES. Pesquisador do Observatório das Metrópoles Núcleo de Natal, Linha II. Campus Universitário Lagoa Nova, 59078-900, Natal, RN, Brasil. E-mail: abeleconomia@hotmail.com

² Doutoranda em Demografia pelo NEPO/UNICAMP. Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA e Bolsista FUNCAP. Rua Cel. Antônio Luis, 1161, 63.100-000, Pimenta, Crato, CE, Brasil. E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

1 Introdução

Os anos de 1990 foram marcados por profundas modificações estruturais na economia brasileira. O processo de globalização econômica repercutiu acentuadamente nas economias em desenvolvimento, ocasionando notórias mudanças tanto nas estruturas produtivas quanto no mundo do trabalho. Assistiu-se a um rápido processo de reestruturação produtiva pautado na internacionalização da produção, no aumento da produtividade e, concomitante a isso, na redução da participação do salário e dos rendimentos do trabalho no produto da economia.

A forma como ocorreu a inserção do Brasil no processo de globalização econômica mundial causou transtornos acentuados em setores tradicionais da economia brasileira e provocou alterações significativas no mercado de trabalho. Assistiu-se, nos anos 1990, à redução acentuada do emprego formal, ao aumento do trabalho por conta própria e à precarização dos postos de trabalho já existentes. Somente a partir de 1999 observaram-se pífios sinais de recuperação da economia brasileira. No entanto, a partir de 2003, a economia voltou a crescer, aumentando o número de vagas abertas no mercado de trabalho. Destaca-se, contudo, que tais empregos se apresentaram tão ou mais precários que as vagas observadas na década anterior (Dedecca e Rosandiski, 2006).

Ressalta-se que, no processo de reestruturação da economia brasileira, a região Nordeste foi destino de indústrias da linha mais tradicional de produção do país.³ Os incentivos fiscais concedidos pelos estados, seguidos de mão de obra barata, abundante e disciplinada, além da existência de sindicatos menos combativos, incrementaram a estrutura industrial.⁴ Importa ainda frisar que o Nordeste vem sentido os sinais de recuperação da economia brasileira através da geração de novos postos de trabalho; todavia, tais empregos têm se mostrado mais precários que os da década anterior, em relação às vagas ocupadas em outras regiões do país.⁵

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a recente dinâmica do mercado de trabalho formal nordestino a partir da evolução do seu saldo de vagas, bem como

do perfil socioeconômico dos seus empregados nos anos 2000 e 2008. Para o alcance dos objetivos propostos, foram utilizados dados secundários do CAGED/MTE. Este trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: após a parte inicial desta introdução, tem-se a segunda seção, onde apresenta-se a discussão acerca da dinâmica econômica brasileira nos anos de 1990; em seguida, faz-se o debate em torno da recuperação econômica brasileira a partir dos anos 2000; na quarta seção, analisa-se a recente evolução no mercado de trabalho nordestino, a partir do saldo de vagas criadas, além de procurar-se traçar o perfil socioeconômico dos trabalhadores empregados nos novos postos de trabalho abertos no Nordeste; e, por último, são apresentadas algumas considerações finais.

2 Breves considerações acerca da dinâmica econômica e do mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1990

A crise dos anos de 1980, provocada, sobretudo, pelo aumento da taxa de juros norte-americana e pela redução do crédito internacional, causou sérias consequências ao processo de crescimento da economia brasileira (Maia, 2009). O quadro econômico e político do Brasil, nos anos 1980, foi totalmente distinto do registrado na década de 70. O país teve que reajustar sua política econômica à nova conjuntura econômica internacional, marcada pelo aumento do preço do petróleo, em 1979, pela escassez de empréstimos externos, pela elevação nas taxas de juros internacionais e pela dívida externa crescente.

A perda do dinamismo da atividade econômica, combinada com a elevação na taxa de inflação, mergulhou o Brasil em um período de profundo atrofamento econômico, caracterizado na literatura econômica como uma das maiores crises vivenciada pela economia nacional. Sob o aspecto da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, constata-se que o desemprego alcançou taxas até então nunca vistas. As transformações macroeconômicas pelas quais passou a economia brasileira nos anos 1990 provocaram mudanças significativas no cenário nacional. A abertura econômica,

³ Dentre estas, destaca-se a indústria têxtil no Ceará e no Rio Grande do Norte, e a calçadista no Ceará, na Paraíba e na Bahia.

⁴ Concessão feita por todos os estados do Nordeste, com destaque para a Bahia e o Ceará (Pereira, 2008).

⁵ Para uma melhor análise, ver Arrais *et al.* (2008).

ainda no Governo Collor, seguida da implantação do Plano Real, gerou a valorização do câmbio e a desestruturação na produção nacional e no mundo do trabalho, que já vinha sofrendo com a perda do poder de barganha das organizações responsáveis pela regulação e pelo direito do trabalho.

A entrada de produtos concorrentes, ocasionada pela redução acentuada e/ou extinção das tarifas de importação, provocou desestruturação na produção interna, uma vez que a indústria brasileira não dispunha da alta tecnologia existente nas concorrentes. Nesse caso, assistiu-se ao fechamento de indústrias isoladas e até de cadeias produtivas em vários setores. Saraiva *et al.* (2005) destacam que a atividade industrial foi mais afetada que os demais setores de atividade econômica.

Segundo Barbosa e Nogueira Junior (2009), a redução da mão de obra fez-se necessária para a indústria nacional ganhar competitividade diante da concorrência externa. Assim, sucedeu-se a elevação da produtividade do trabalho, sem, no entanto, ocorrer a abertura de novos empregos. A modernização do parque industrial brasileiro ocorreu através do investimento em atividades historicamente conhecidas como intensivas em mão de obra – especialmente setores da indústria de transformação passaram a demandar menos trabalho (Kon e Coan, 2005).

Diante desse quadro, observou-se baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Durante a década de 90, as taxas positivas do PIB foram evidenciadas entre 1994 e 1997, porém, no final dessa década, a taxa de crescimento da economia brasileira assemelhava-se à observada nos anos de 1980 (Baltar, 2003). Provocada inicialmente no Governo Collor e agravada pelas políticas econômicas do Governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente pela política de valorização cambial, seguida da abertura comercial e da manutenção de altas taxas de juros no país, a recessão econômica provocou deteriorações no mercado de trabalho nacional. Criou-se um novo perfil de emprego, caracterizado pelo aumento do trabalho sem carteira assinada, pelo crescimento no número de trabalhadores por conta própria, pela redução do emprego formal e pela queda no rendimento do trabalho (Moretto *et al.*, 2003).

É importante que se perceba que o aumento do desemprego no Brasil e no mundo também é consequência das modificações na organização da produção e do trabalho, mantidas

sob um projeto político hegemônico, o neoliberalismo, que se realiza como uma espécie de modernização conservadora (Filgueiras, 1997). As políticas neoliberais contemplam ajustes macroeconômicos, tais como a desregulamentação/privatização dos monopólios públicos, a abertura comercial e a flexibilização das relações de trabalho. Essa política neoliberal potencializa ainda mais os efeitos perversos da “terceira revolução industrial” sobre os países subdesenvolvidos, ao automatizar máquinas e trocá-las por outras mais modernas, substituindo o trabalho pouco qualificado pelo trabalho especializado e insumos tradicionais por modernos (Harvey, 1996; Oliveira, 1996).

De acordo com Pochmann (1999), o final da década de 1990 foi marcado, sobretudo, pela redução significativa das taxas de crescimento econômico do país e da acentuada desestruturação do emprego formal brasileiro. Esses fatos foram ocasionados principalmente pela desregulamentação das leis do trabalho e pela perda de poder de barganha sindical, assim como pelo aumento significativo da força de trabalho no âmbito da informalidade e pela reduzida taxa de crescimento de emprego formal.

Essa foi a conjuntura econômica vivenciada pelo Brasil nos anos 1990, que teve efeitos significativos no mercado de trabalho. Destaca-se, ainda, que, para as economias mais atrasadas, os impactos foram maiores. Seguramente, no Nordeste do Brasil, objeto deste estudo, a desestruturação no emprego formal deve ter sido mais acentuada, uma vez que o processo de realocação das atividades produtivas ocorreu visando, principalmente, à redução dos custos de produção através da contratação de mão de obra barata e disciplinada, e foi favorecido pela ausência de sindicatos combativos.

3 Recuperação econômica e novas configurações para o emprego formal

A recuperação da economia brasileira inicia-se, embora timidamente, a partir de 1999, depois de quase duas décadas de estagnação econômica: os anos de 1980, historicamente conhecidos como a “década perdida”, e o baixo desempenho econômico dos anos de 1990 caracterizaram os últimos vinte anos do século passado. O baixo dinamismo econômico do período citado repercutiu acentuadamente no mundo do trabalho, desestruturando a qualidade dos postos de trabalho mediante a redução do emprego com carteira assinada, a expansão da contratação sem carteira e o aumento nas

demissões de pessoas escolarizadas, que, ao serem readmitidas, passavam a ganhar menos, além do crescente número de pessoas ocupadas por conta própria.

Nesse sentido, somente no final de 1999, e com mais vigor a partir de 2003, observou-se o modesto crescimento do PIB como sinal da retomada do crescimento da economia e do aumento do ritmo da criação de vagas formais, embora ainda de forma tímida. Segundo Quadros (2009, p. 4),

É importante registrar que, quando falamos em fragilidade do desenvolvimento recente em termos de emprego, em hipótese alguma estamos desconsiderando a parte dos problemas herdados do longo período anterior da estagnação econômica. E também o fato de que apenas 5 anos de crescimento sem dúvida é um período curto para mudanças substanciais neste quadro. Ainda mais diante das taxas de 4,5% a.a, relativamente baixas para o padrão brasileiro de crescimento acelerado.

Conforme Dedecca (2004), a partir do final de 2003 foram observadas modificações significativas no processo de recuperação da economia brasileira. O aumento da demanda internacional por produtos domésticos foi certamente o responsável pelos sinais de recuperação do crescimento da produção interna. Tal crescimento, entretanto, não foi suficiente para assegurar melhor desempenho no mercado de trabalho, que, de acordo com o mesmo autor, poderia ocorrer a partir da elevação de outras formas de contratação de mão de obra, uma vez que não se somava a esse desempenho a constituição de um mercado interno como impulsionador do desempenho econômico do país. Acrescente-se, porém, que

desde o segundo semestre de 2003, a economia brasileira apresenta um movimento de recuperação econômica que reverteu à tendência de deterioração do mercado de trabalho dos anos de 90. Mesmo sob acicate de uma política econômica prisioneira da obsessão monetarista, presente desde o Governo Collor, o governo atual tem procurado recuperar a economia valorizando a recuperação do emprego formal (Dedecca e Rosandiski, 2006, p. 174).

Os sinais de recuperação da economia brasileira têm contribuído com o desempenho do mercado de trabalho. Os fatores ex-

ternos, tais como o aumento das exportações e a ampliação da pauta de produtos exportados, seguido das taxas de juros atrativas ao investimento externo, contribuíram para o melhor desempenho econômico do país. Contudo, as baixas taxas de crescimento do PIB, superadas pelo aumento da População em Idade Ativa (PIA), sobretudo da População Economicamente Ativa (PEA), têm reduzido o impacto do bom desempenho econômico para o mercado de trabalho. Diante do exposto, faz-se necessário observar que o problema do desemprego ainda persiste, embora taxas de crescimento do número de emprego formal tenham sido observadas ao longo dos últimos anos.

Destaca-se que as transformações no cenário econômico brasileiro a partir dos anos 2000, notadamente após 2003, vêm ocorrendo em um contexto econômico diferenciado das décadas anteriores. A redução da desigualdade e o crescimento do número de empregos formais ocorrem em um período de estabilidade econômica – baixa inflação –, o que garante maior poder aquisitivo decorrente do aumento real do salário mínimo (Dedecca, 2009). Consequentemente, o aumento do poder de compra dos rendimentos do trabalho é fundamental, uma vez que é significativamente elevado, principalmente no Nordeste brasileiro, o percentual de trabalhadores que recebem rendimentos nas primeiras faixas⁶.

Por outro lado, segundo Kon e Coan (2005), a ampliação do poder de compra e do aumento do consumo da população de baixa renda foi observada no país desde a estabilidade da moeda, com a implantação do Plano Real. Contudo, o aumento da População Economicamente Ativa (PEA) em atividade pode ser registrado, sobretudo, a partir de 2003.

Em suma, o aumento das exportações, seguido da perda de participação das importações, tem provocado a melhora no desempenho econômico brasileiro. Entretanto, faz-se necessária a promoção de políticas que objetivem o aumento do consumo interno, para que este possa assegurar, embora parcialmente, a trajetória de continuidade do desempenho econômico do país. O aumento do investimento em todos os setores de atividade econômica pode garantir o aumento do emprego formal no Brasil. Isso depende, certamente, do direcionamento da política monetária nacional.

⁶ Nesse trabalho, consideram-se primeiras faixas as que remuneram até 2 salários mínimos.

Assim, espera-se que ocorram efeitos qualitativamente significativos para o consumo interno brasileiro e para o melhor desempenho do mercado formal de trabalho.

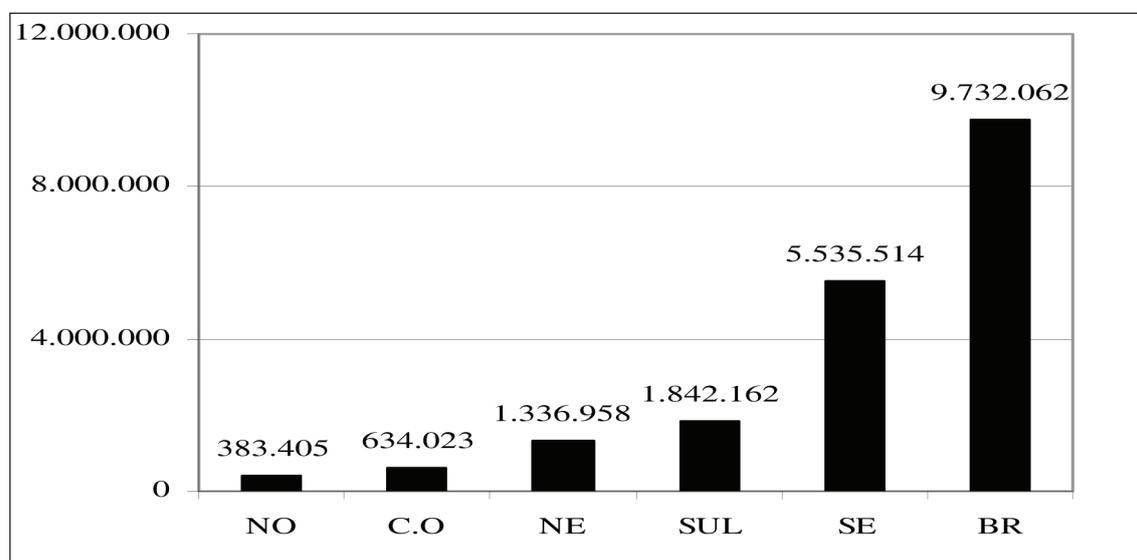
4 Evolução no saldo líquido do emprego formal em grandes regiões do país

Observa-se, no Gráfico 1, a criação líquida acumulada de empregos, no período de 2000 a 2008, em grandes regiões do país. Os dados mostram um saldo positivo de 9.732.062 ocupações no país ao longo dos nove anos analisados (2000-2008). Contudo, o Sudeste apresentou saldo de 5.535.514 vagas, o equivalente a 56,88% do total dos postos de trabalho celetista do país, seguido pela região Sul, com saldo de 1.842.162 vagas (18,93%) no mesmo período. Esse elevado estoque de empregos no Sul e no Sudeste do país, concentrando 75,81% dos empregos formais no período em questão, certamente é reflexo do fato de essas regiões figurarem como as principais economias do Brasil, apesar do recente crescimento economi-

co vivenciado por outras regiões a partir dos anos de 1990.⁷

O Nordeste brasileiro, foco de análise desta investigação, ocupa a terceira posição no ranking, com 1.336.958 vagas abertas entre 2000 e 2008, equivalentes a 13,74% dos postos de trabalho do país. A região Centro-Oeste teve saldo de 634.023 empregos (6,51%) e o Norte, por sua vez, apresentou um saldo líquido de 383.405 novas vagas, equivalentes a 3,94%.

O Gráfico 2 mostra a criação líquida de postos de trabalho somente para a região Nordeste, objeto deste estudo. Em 2000, o Nordeste apresentou saldo positivo de 102.549 empregos; contudo, no ano de 2001, o saldo foi mais modesto, registrando-se somente 60.467 novos empregos, sendo esse o ano que atesta o menor saldo ao longo da série. Em 2002, a região registrou geração líquida de 130.434 novos postos celetistas. Esse resultado é significativamente superior aos dois anos anteriores. Em 2007, melhor ano da série, o Nordeste atinge a marca de 204.310 empregos, com leve declínio para 203.617 novas vagas em 2008.

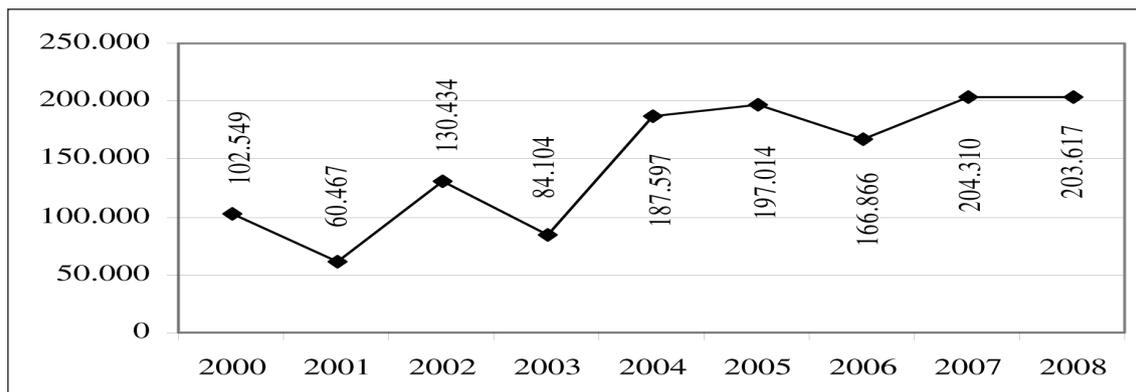


Fonte: CAGED/MTE (s.d.)

Gráfico 1. Criação líquida de postos de trabalho acumulada segundo nível geográfico, entre 2000 e 2008.

Graph 1. Net creation of jobs accumulated according to geographic level between 2000 and 2008.

⁷ Segundo os dados das Contas Regionais de 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), cabe à região Sudeste a maior participação na soma das riquezas do país, apesar desta ter caído de 59,1%, em 1995, para 56,4%, em 2007, e possuir 42,59% da população brasileira. Este resultado é semelhante ao da região Sul que, em 2007, participa com 16,6% do PIB brasileiro e concentra 14,60% da população nacional.



Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 2. Criação líquida de postos de trabalho na região Nordeste entre 2000 e 2008.
Graph 2. Net creation of jobs in Northeast between 2000 and 2008.

5 Região Nordeste: perfil das ocupações entre 2000 e 2008

O Gráfico 3 aponta a liderança do setor de serviços na criação de empregos por ramo de atividade econômica, no Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2008. No primeiro ano, de um saldo total de 102.549 empregos, 32,87% foram nesse setor e, em 2008, dos 203.617 novos postos de trabalho, o setor de serviços deteve 40,33%, ou 82.120 vagas, ganhando espaço na geração de empregos ao longo dos anos em estudo. Para Kon (1997) e Silva (2009), a expansão das atividades no setor de serviços é resultado das novas formas de organização da produção, a partir do desenvolvimento tecnológico que busca a otimização da produção em diversos setores. Ainda segundo os autores, países desenvolvidos e em desenvolvimento apresentam a mesma tendência – o aumento da participação do setor de serviços no produto da economia, assim como na geração de vagas.

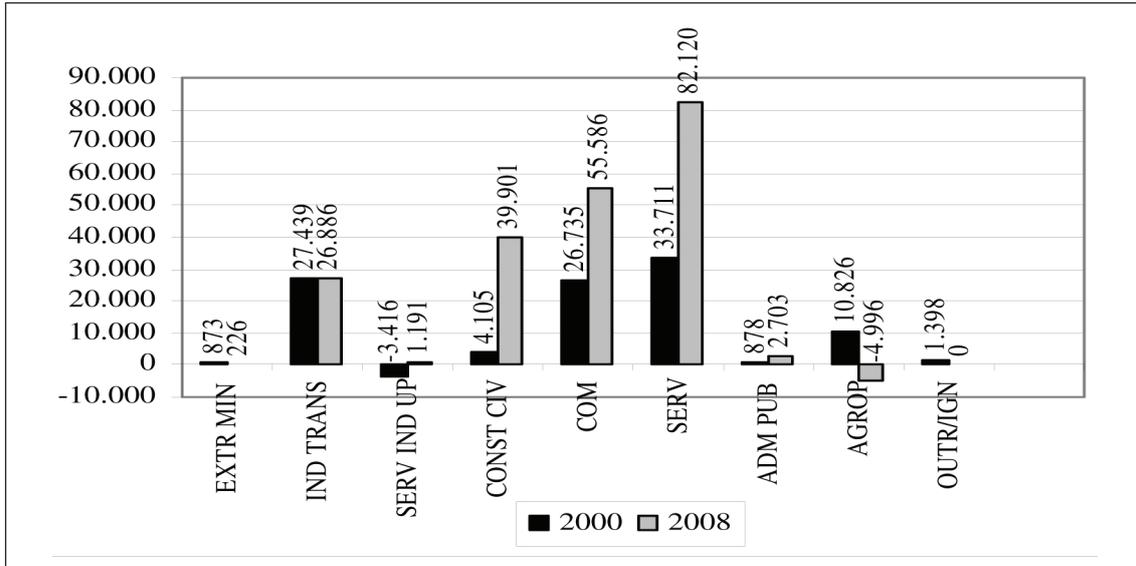
Analisando-se o Gráfico 3, destaca-se a construção civil que, em 2000, apresentou saldo modesto de 4.105 postos de trabalho, equivalentes a 4,0% do total de empregos formais do Nordeste, e, em 2008, aumentou significativamente para 39.901 empregos. Nesse ano, respondeu por 19,60% dos postos celetistas regionais, ficando atrás somente dos tradicionais setores de serviços e comércio.

O Gráfico 4, a seguir, indica o saldo de vagas segundo o porte do estabelecimento. Em 2000, o microestabelecimento, que comporta de 1 a 19 funcionários, foi responsável por

99.995 ocupações no Nordeste (97,51%). No ano de 2008, esse tipo de estabelecimento apresentou saldo líquido de 177.446 novas vagas (87,51%). Observa-se, portanto, que esse porte de estabelecimento continua sendo o que mais cria empregos no Nordeste, apontando para a importância do trabalho da microempresa no conjunto de atividades econômicas nordestinas e do país.

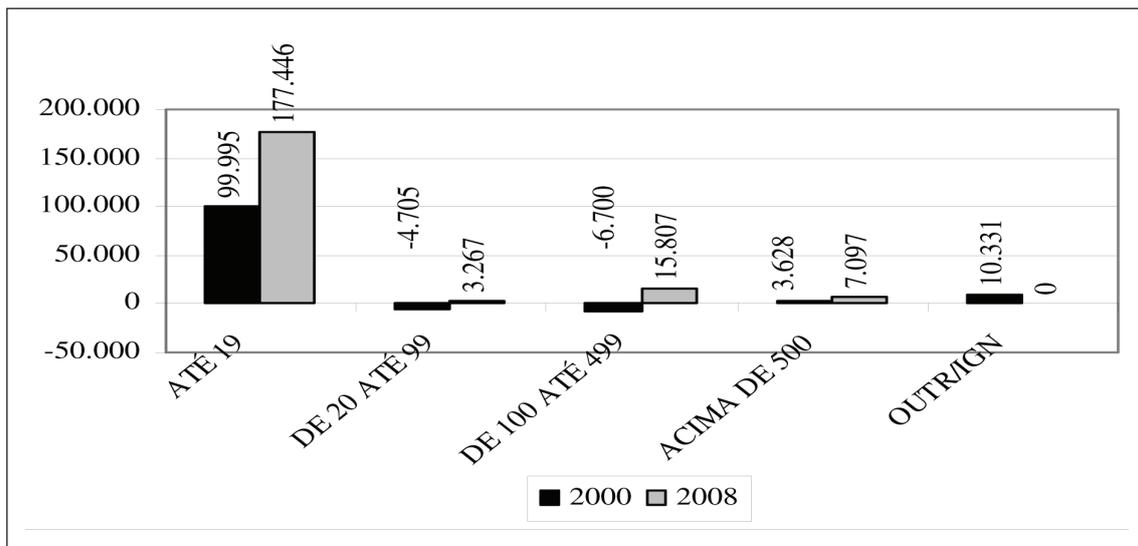
Acrescenta-se que o estabelecimento de grande porte não apresentou oscilação significativa, uma vez que, em 2000, sua criação líquida foi de 3.628 novas vagas (3,54%), e, em 2008, o saldo absoluto elevou-se para 7.097, diminuindo ligeiramente a sua participação percentual para 3,49%. Na verdade, em 2008, os estabelecimentos de todos os portes apresentaram saldo positivo na geração de empregos, resultado diferente do observado em 2000, quando os estabelecimentos de pequeno e médio porte obtiveram saldo negativo. Esse fato retrata o bom momento pelo qual passa a economia nordestina, que apresenta resultados positivos na geração de empregos.

De acordo com o Gráfico 5, que apresenta o saldo de empregos por sexo e por setor de atividade econômica, em 2000 e em 2008, a mão de obra masculina predomina significativamente quando comparada à feminina. Em 2000, 67,03% dos postos de trabalho foram ocupados por homens, contra apenas 32,71% ocupados por mulheres. Em 2008, o saldo líquido para eles foi de 135.981 novas vagas (66,78%), contra 67.636 (33,22%) para o sexo feminino.



Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 3. Criação líquida de postos de trabalho segundo setores de atividades (Nordeste, 2000/2008).
Graph 3. Net creation of jobs according to activity sector (Northeast, 2000/2008).



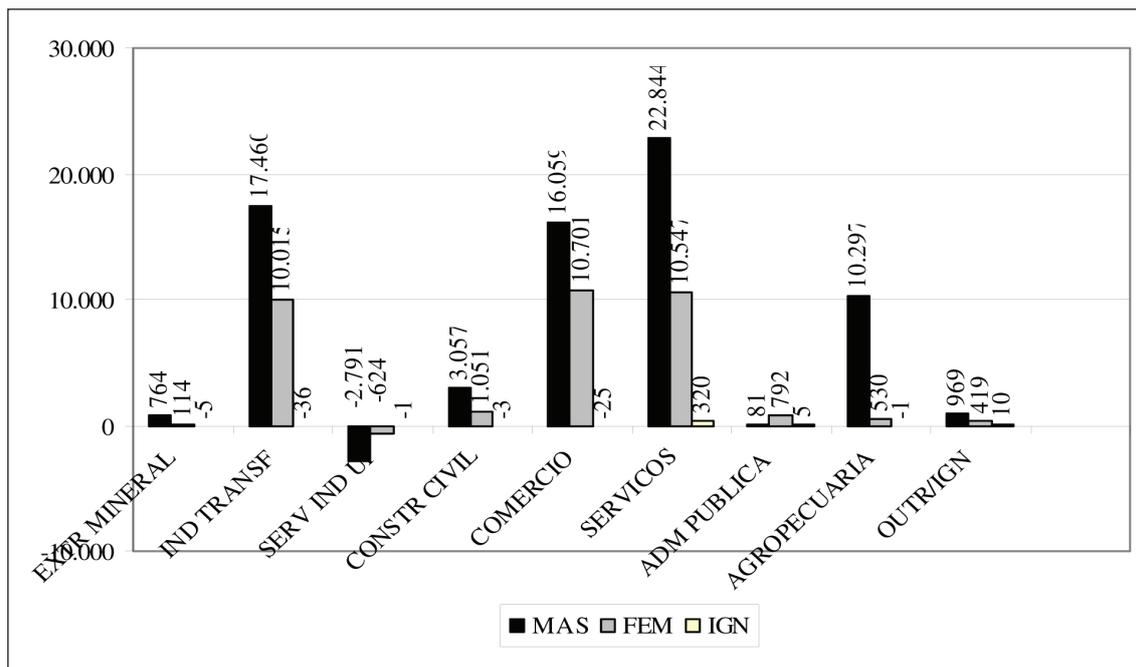
Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 4. Criação líquida de postos de trabalho segundo porte do estabelecimento (Nordeste, 2000/2008).
Graph 4. Net creation of jobs according to company size (Northeast, 2000/2008).

Após nove anos (2000-2008), a participação das mulheres no mercado de trabalho nordestino praticamente ficou inalterada, ao passar de 32,71%, em 2000, para 33,22%, em 2008. Apesar das conquistas das mulheres a partir da década de 1970, com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, em especial nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, o

acesso às ocupações das vagas no mercado de trabalho nordestino ainda encontra-se em descompasso em relação ao sexo masculino e ao Sudeste do país. Esse fato aponta para a necessidade de criação de empregos adequados às aptidões e às necessidades femininas.

Na análise por setor de atividade, observa-se que, em 2000 e em 2008, o setor de serviços



Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 5. Criação líquida de postos de trabalho de acordo com o sexo (Nordeste, 2000).
Graph 5. Net creation of jobs according to gender (Northeast, 2000).

criou mais empregos para os homens. No caso do sexo feminino, em 2008, as mulheres também encontraram mais oportunidades de trabalho nesse setor, enquanto, em 2000, a maioria delas encontrava vagas no comércio.

Na indústria de transformação, a criação líquida de postos de trabalho foi predominantemente para homens nos dois anos analisados, todavia, com perda na participação desse setor para ambos os sexos ao longo dos anos 2000 e com aumento das vagas ocupadas, especialmente, no setor de serviços, comércio e construção civil.

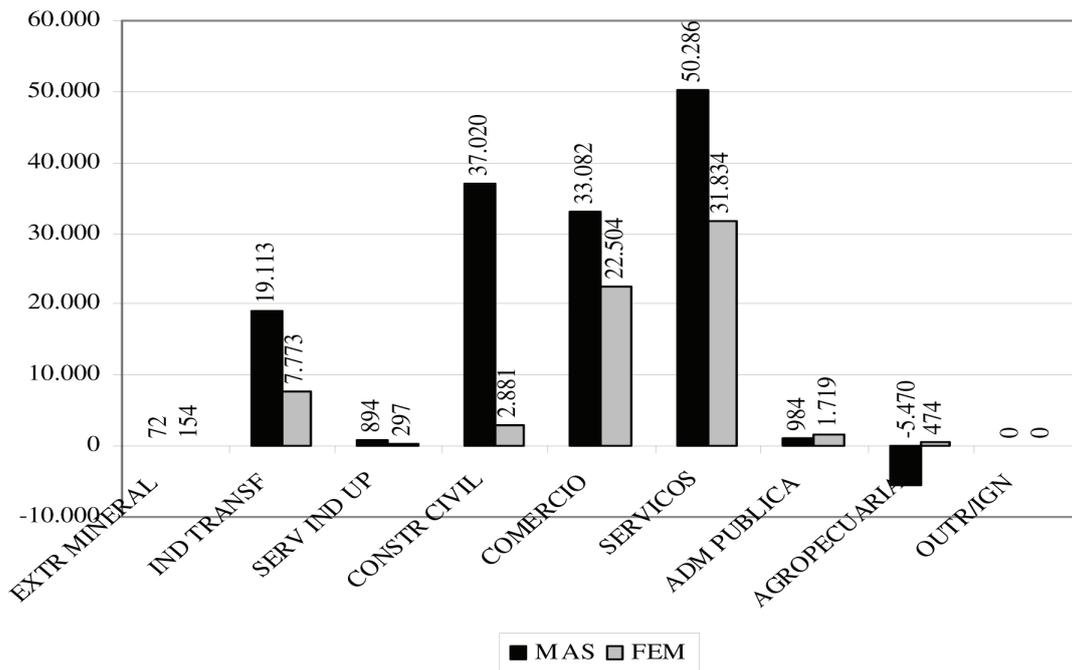
No período em análise, o setor agrícola foi o segmento que apresentou decréscimo absoluto na geração de empregos no Nordeste para ambos os sexos. De acordo com Montagner (2009, p. 87),

o único segmento que mantém decréscimo na participação da estrutura de ocupação é o agrícola, sem que isso afete a produção de alimentos, que aumentou nos últimos anos, em decorrência da mecanização da maior parte das culturas [...]. Vale notar que a diminuição da PEA rural na região nordeste, observada nos anos mais recentes, envolve a partida de jovens e mulheres para as áreas urbanas sem que isto tenha aparentemente pressionado o desemprego, em decorrência de novas oportunidades de trabalho.

A construção civil foi o setor de atividade econômica que se destacou com a retomada do crescimento no número de vagas. Em 2000, os homens ocupavam 3.057 postos de trabalho e, em 2008, esse número aumentou expressivamente para 37.020 empregos, contribuindo com 18,18% do total das vagas, contra apenas 2,98% em 2000. No caso das mulheres, apesar do tímido aumento em sua participação entre 2000 e 2008, ao passar de 1,02% (1.051) para 1,41% (2.881), respectivamente, fica evidente que essa atividade era de reduto masculino.

Os dados do Gráfico 7 referem-se à criação de empregos segundo a idade do trabalhador. Tanto em 2000 quanto em 2008, a maioria das vagas era ocupada por mão de obra jovem. Em 2000, dos 102.549 postos celetistas abertos, 93,76% foram ocupados por trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos. Em 2008, essa participação reduziu-se para 81,31%, embora ainda se mantivesse com valor elevado.

Para a força de trabalho com idade entre 30 e 39 anos, tanto em 2000 (2.426) quanto em 2008 (10.432), o saldo foi positivo, com expansão em sua participação de 2,37% para 5,12% em 2008. No entanto, para a mão de obra acima de 40 anos, o saldo foi negativo em 2000 e em 2008. Esses resultados mostram a forte exclusão, do mercado de trabalho, de trabalhadores acima de



Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 6. Criação líquida de postos de trabalho de acordo com o sexo (Nordeste, 2008).

Graph 6. Net creation of jobs according to gender (Northeast, 2008).

40 anos de idade. Na verdade, observam-se certos paradigmas ao se considerarem trabalhadores com idade entre 40 e 49 anos de idade como “velhos” para determinadas funções. Outro paradigma refere-se àqueles que têm mais de 50 anos de idade, considerados idosos e obsoletos no exercício de funções que exigem habilidade, destreza, rapidez e atualização contínua, como é o caso do ramo de tecnologia e informática.⁸

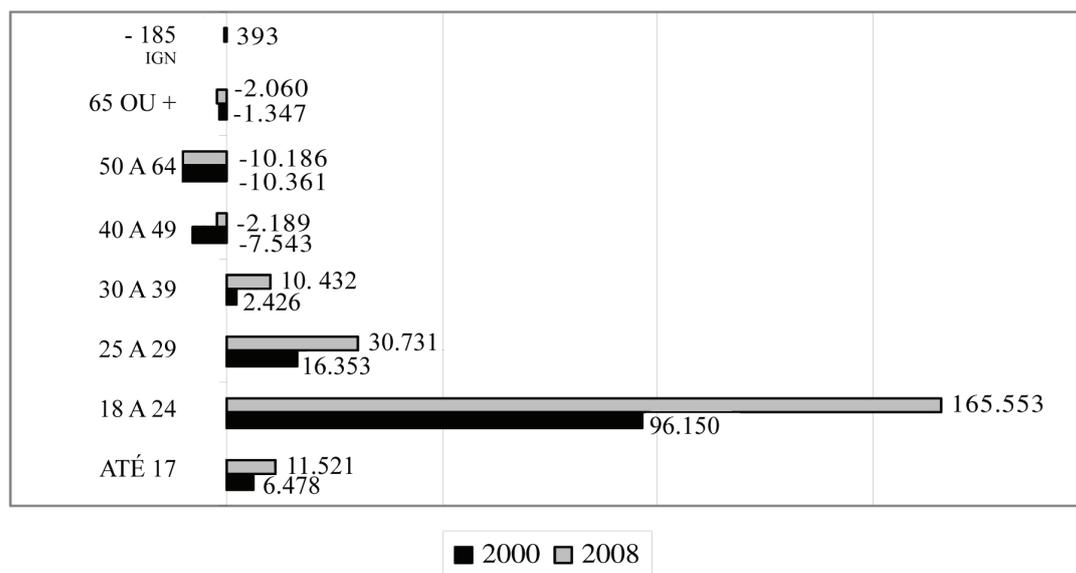
A seletividade no mercado de trabalho é marcante no mundo e no Brasil. Essa tendência também é observada na região Nordeste, podendo ocorrer variações apenas na sua intensidade, em função das características da mão de obra a ser contratada. Quanto à criação de postos de trabalho segundo o grau de instrução, observa-se, no Gráfico 8, que, para os analfabetos, foram “queimadas” 2.824 vagas em 2000 e 2.234 empregos em 2008. Conforme Dedecca e Rosandiski (2006, p. 185), “a recuperação do nível de ocupação tem excluído os trabalhadores de menor qualificação, os quais

tendem a ser mais afetados pela situação de desemprego”. Esses resultados apontam para a necessidade de elevação do nível de escolaridade da mão de obra brasileira e, especialmente, da nordestina, que historicamente situa-se abaixo da média nacional.

[...] Certas políticas públicas, como a de desenvolvimento de infraestrutura e habitacional, podem se constituir em instrumentos indutores importantes para a geração de oportunidades para os trabalhadores de menor qualificação, bem como o sistema público de emprego pode atuar sobre essas ocupações com o objetivo de elevar a qualificação daqueles que as ocupam (Dedecca e Rosandiski, 2006, p. 185).

As vagas no mercado de trabalho nordestino para o ensino médio incompleto também perderam espaço, ao passarem de 14,67% (15.042) em 2000 para apenas 7,01% (14.278) em 2008. O que se observa é o aumento na abertura de vagas para os trabalhadores com

⁸ Camarano *et al.* (2007) alertam que os avanços na área de saúde – medicina e farmacologia – têm prolongado a vida útil das pessoas, estimando-se expectativa de vida para ambos os sexos atingindo a faixa etária de 70 ou 80 anos, em excelentes condições físicas e mentais.



Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 7. Criação líquida de postos de trabalho conforme idade (Nordeste, 2000/2008).

Graph 7. Net creation of jobs according to age (Northeast, 2000/2008).

melhores níveis de instrução. No Nordeste, aumentou expressivamente a demanda por trabalhadores com o segundo grau completo, que passou de 42,46% (43.539) em 2000 para 71,03% (144.635) em 2008, sendo esse o perfil educacional mais demandado na região nos dois anos analisados.

Todavia, de acordo com Santos e Moreira (2006), a melhora no nível de escolaridade dos trabalhadores do Nordeste pode ser um reflexo da baixa capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho. Assim, a busca por melhores níveis de instrução decorre da baixa oportunidade de empregos, sem, no entanto, isso significar melhoria nos postos ocupados por esses trabalhadores. Outro nível de escolaridade que teve mais oportunidades de empregos no Nordeste foi o superior incompleto, que passou de 4,35% para 5,09% entre 2000 e 2008. Houve também destaque para o nível superior completo, que aumentou a sua participação de 1,63% em 2000 para 8,21% em 2008.

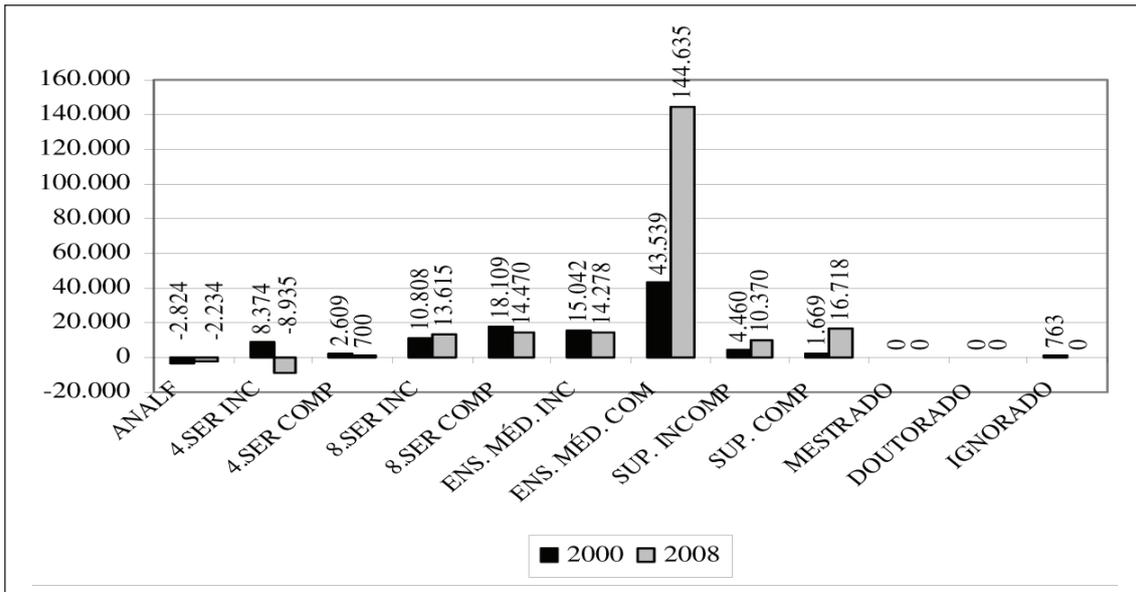
No Gráfico 9, está exposto o saldo líquido de trabalho segundo a faixa de remuneração. Em 2000, do total de 102.549 postos de trabalhos criados, a sua maioria, ou seja, 60.128 (58,63%) remuneravam em até 1 salário mínimo. Em 2008, dos 203.617 novos empregos, 144.381 (70,91%) pagavam até 1 salário míni-

mo. Esses resultados ilustram o aumento expressivo na geração de empregos formais no Nordeste. Por sua vez, esses novos postos de trabalho concentram-se cada vez mais na primeira faixa de rendimentos, evidenciando a precarização dessas ocupações, que se intensificaram nos anos em estudo.

Na faixa de 1 até 2 salários mínimos, em 2000, foram abertos 71.450 empregos, o equivalente a 69,67% dos postos celetistas do ano. Em 2008, geraram-se 91.021 ocupações nessa faixa de rendimento, o equivalente a 44,70% das vagas criadas. Nesse caso, reduz-se a participação percentual de trabalhadores que ganham acima de 1 salário mínimo, com abertura de empregos especialmente na faixa até 1 salário mínimo. Para as faixas salariais acima de 2 salários mínimos, foram “queimados” 29.211 postos de trabalho em 2000 e 34.233 em 2008, o que evidencia, mais uma vez, que a criação de empregos no Nordeste ocorre basicamente nas faixas salariais mais baixas.

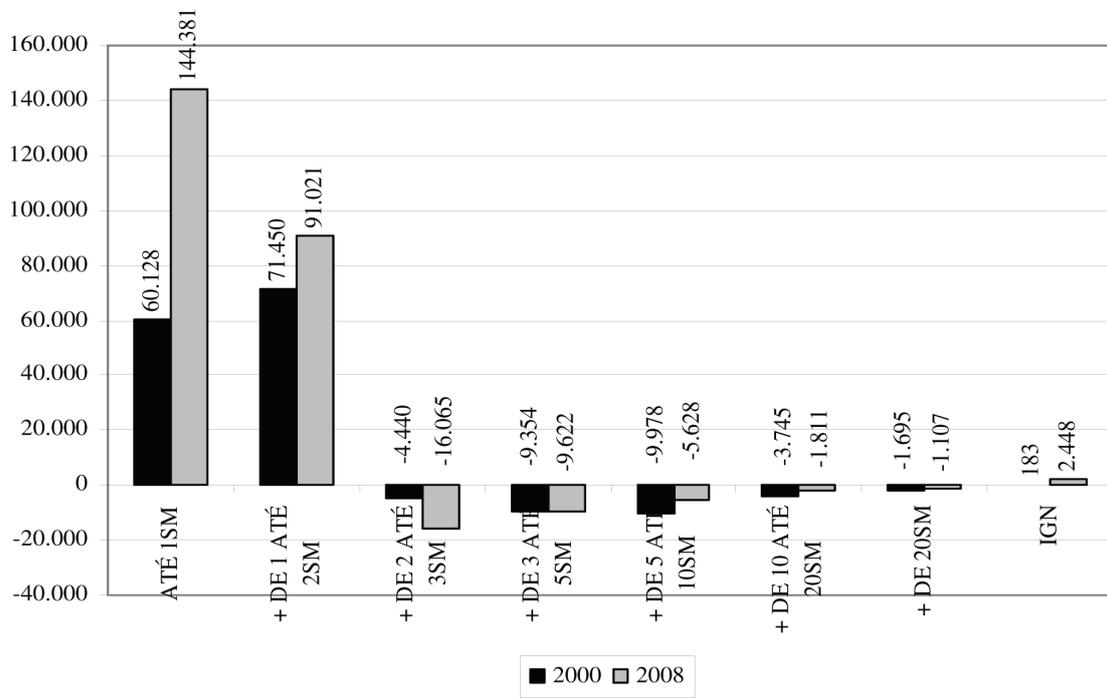
6 Considerações finais

Os dados do CAGED/MTE mostram que, de 2000 a 2008, o Brasil apresentou expressivo saldo líquido acumulado de 9.732.062 empregos criados. No entanto, os empregos permaneceram concentrados na região Sudeste,



Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 8. Criação líquida de postos de trabalho segundo grau de instrução (Nordeste, 2000/2008).
Graph 8. Net creation of jobs according to schooling level (Northeast, 2000/2008).



Fonte: CAGED/MTE (s.d.).

Gráfico 9. Criação líquida de postos de trabalho segundo faixa de remuneração (Nordeste, 2000/2008).
Graph 9. Net creation of jobs according to salary range (Northeast, 2000/2008).

com 56,88% das ocupações, seguida da região Sul (18,93%). Acrescenta-se que no Nordeste foram abertos 1.336.958 postos de trabalho celetista (13,74%), sendo essa a terceira região do país em número de vagas, com destaque para o setor de serviços e o comércio, que ocuparam 40,33% e 27,30% das respectivas vagas no ano de 2008.

No que diz respeito ao perfil do emprego formal, os resultados apontam significativas modificações. Em 2008, no Nordeste, 70,91% das novas ocupações remuneravam no máximo em até 1 salário mínimo, contra 58,63% em 2000. Os trabalhadores com segundo grau completo, em 2000, ocupavam 42,46% das vagas e, em 2008, esse percentual subiu para 71,03%. Esses resultados apontam para inúmeros desafios no mercado de trabalho do país. Outro dado que caracteriza a precarização dos novos empregos no Nordeste é a seletividade por sexo e idade. No ano de 2008, 66,78% das vagas foram ocupadas pelo sexo masculino e 81,31% por trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos. Acrescenta-se que tanto em 2000 quanto em 2008 a mão de obra com idade acima de 40 anos apresentou saldo negativo para todas as demais faixas etárias, dinâmica semelhante para a força de trabalho analfabeta.

Em suma, por um lado, houve melhora no mercado de trabalho nordestino a partir do aumento no número de empregos, por outro lado, a precarização do número de postos de trabalho avançou nos anos analisados. Cabe, agora, uma política contínua de qualificação de mão de obra, conjugada com salários mais elevados, com melhores oportunidades de empregos para as mulheres e trabalhadores em idades mais avançadas.

Referências

- ARRAIS, A.K. de M.; QUEIROZ, S.N. de; ALVES, BEZERRA, C.L. 2008. Emprego industrial formal: análise das regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS - ABER, VI, Aracaju, 2008. *Anais...* Aracaju, p. 1-20.
- BALTAR, P.E. de A. 2003. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE, *Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90*. São Paulo/Campinas Editora UNESP/Instituto de Economia da UNICAMP, p. 107-152.
- BARBOSA, M.Z.; NOGUEIRA JÚNIOR, S. 2000. Reestruturação da cadeia de produção de têxteis no Brasil e seus reflexos na cotonicultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXVIII, Rio de Janeiro, 2000. *Anais...* Rio de Janeiro, SOBER, p. 1-18.
- CAMARANO, A.A.; KANSO, S.; MELLO, J.L. 2004. Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros? In: A.A. CAMARANO (org.), *Os novos idosos brasileiros: muitos além dos 60?* 1ª ed., Rio de Janeiro, IPEA, vol. 1, p. 77-105.
- DEDECCA, C.S. 2004. O mercado de trabalho continua dependendo de um crescimento mais acelerado. *Folha de São Paulo*, 4 de nov., p. 1-2.
- DEDECCA, C.S.; ROSANDISKI, E.N. 2006. Recuperação econômica e geração de empregos formais. *Revista Parcerias Estratégicas*, 22:169-190.
- DEDECCA, C.S. 2009. O Sistema público de emprego e a estratégia de desenvolvimento. In: J. MACAMBIRA; L.M. da F. CARLEIAL (orgs.), *Emprego, trabalho e políticas públicas*. Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho/Banco do Nordeste, p. 101-131.
- FILGUEIRAS, L. 1997. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, V, Rio de Janeiro, 1997. *Anais...* Rio de Janeiro, ABET, p. 895-920.
- HARVEY, D. 1996. *Condição pós-moderna*. 6ª ed., São Paulo, Edições Loyola, p. 349.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2007. Contas Regionais do Brasil-2003-2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1497&id_pagina=1. Acesso em: 27/02/2010.
- KON, A. 1997. Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, V, Rio de Janeiro, 1997. *Anais...* Rio de Janeiro, p. 1-19.
- KON, A.; COAN, D.C. 2005. Transformações da Indústria Têxtil brasileira: A transição para a modernização. *Revista Economia Mackenzie*, 3(3):11-34.
- MAIA, A. G. 2009. Dinâmica do mercado de trabalho das classes ocupacionais no Brasil. In: J. MACAMBIRA; L.M. DA F. CARLEIAL (orgs.), *Emprego, Trabalho e Políticas Públicas*. Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho/Banco do Nordeste, p. 345-362.
- MORETTO, A.J.; GIMENEZ, D.M.; PRONI, M.W. 2003. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE (orgs.), *Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90*. São Paulo/Campinas, Editora UNESP/Instituto de Economia da UNICAMP, p. 231-278.
- OLIVEIRA, M. 1996. A reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho. In: F.J.S. TEIXEIRA; M.A. DE OLIVEIRA, *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo, Cortez editora, p. 163-175.
- PEREIRA, J. da S. 2008. *Dinâmica do emprego formal industrial: comparativo entre a Bahia e o Ceará (1996/2006)*. Crato, CE. Monografia. Universidade Regional do Cariri – URCA, 98 p.

- POCHMANN, M. 1999. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, Contexto, 205 p.
- QUADROS, V.J. de. 2009. *Perfil Social do Desemprego Recente*. Texto para discussão nº 156. Campinas, IE/UNICAMP, 19 p.
- CAGED/MTE REGISTROS ADMINISTRATIVOS. [s.d.]. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>. Acesso em: 02/2010.
- SANTOS, L.M. dos; MOREIRA, I.T. 2006. Condições do Mercado de Trabalho no setor de serviços no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, XV, Caxambu, 2006. *Anais...* Caxambu, p. 1-16.
- SARAIVA, L.A.S.; PIMENTA, S.M.; CORRÊA, M.L. 2005. Globalização e reestruturação produtiva: desafios à indústria têxtil brasileira. *Revista de Administração*, 40(1):68-82.
- SILVA, R.A. 2009. Papel dos serviços no desenvolvimento regional brasileiro após 1990. In: J. MACAMBIRA; L.M. DA F. CARLEIAL (orgs.), *Emprego, Trabalho e Políticas Públicas*. Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho/Banco do Nordeste, p. 261-310.

Submetido em: 20/07/2010

Aceito em: 28/08/2010